


A África no cânone na literatura lusófona pós-colonial

Africa on the postcolonial Lusophone literary canon

Fernanda Vilar¹

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

¹ Doutora em Literatura Comparada pela Universidade de Paris Ouest Nanterre. Atualmente é pesquisadora do Grupo MEMOIRS no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Realizou sua tese sobre as representações da violência na Literatura Africana Pós-colonial.
 <http://orcid.org/0000-0002-7708-5060>
E-mail: fernanda.vilars@gmail.com

RESUMO: Após o fim do Império Colonial português, o termo de lusofonia veio marcar um espaço de influência que Portugal não desejava perder. Entretanto, as dinâmicas geopolíticas do mundo permitem que os países lusófonos utilizem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como uma ferramenta de afirmação e posicionamento no mundo. Dessa maneira, como entender a literatura produzida na África dos PALOP e sua relação com o cânone lusófono e mundial? A partir de interrogações da literatura anglófona e do exemplo de manifesto por uma literatura mundo feita pelos escritores francófonos, buscamos interrogar o espaço da produção literária africana lusófona.

Palavras-chave: Lusofonia; Cânone; Literatura.

ABSTRACT: After the end of the Portuguese Colonial Empire, the term *Lusofonia* came to mark a space of influence that Portugal did not wish to lose. However, the geopolitical dynamics of the world allowed the Portuguese-speaking countries to use the CPLP (Community of Portuguese-speaking Countries) as a tool for affirmation and positioning in the world. In this way, how to understand the literature produced in Africa of the PALOP and its relation with the Portuguese canon and the World canon? Through the Anglophone literature issues and the example of the world literature manifest made by Francophones writers, our aim is to interrogate the space of Lusophone African literary production.

Keywords: Lusophonia; Canon; Literature.

1 Indagações exógenas

Predicado de introdução

O repertório das ficções coloniais revelou nomes como Rudyard Kipling, Joseph Conrad, Albert Forster e Georges Orwell, autores que hoje se inserem no cânone literário ocidental. O trabalho deles rendeu uma fortuna crítica que os integrou de maneira incontestável no mundo anglófono, sendo difícil de dissociá-los da posição que ocupam. Tratam-se de autores influentes e que fazem parte da formação intelectual das gerações que o sucedem.

Nesse sentido, o livro de Patsy Daniels, *The voice of the oppressed in the language of the oppressor* (DANIELS, 2001) (*A voz do oprimido na língua do opressor*), coloca em paralelo quatro autores pós-coloniais de língua inglesa provenientes de diferentes continentes: William Butler Yeats, James Joyce, Joseph Conrad e Chinua Achebe. Esse trabalho demonstra o questionamento de Gayatri Spivak quando ela pergunta qual é a potência da voz dos oprimidos. Daniels responde que esses autores mostraram em sua literatura a opressão sofrida pela cultura dominante. E mais, eles criaram um espaço de onde falar a partir de um novo espaço cultural.

Em seu estudo, Daniels pôde observar uma continuidade de preocupações entre os escritores pós-coloniais dos últimos cem anos:

1. Eles utilizam sua voz pública para criticar uma cultura hegemônica;
2. Eles inventam uma cultura que borra as fronteiras de maneira a encontrar um espaço a partir do qual falar (DANIELS, 2001, p. 4)¹;
3. E a partir desse espaço eles escrevem de volta ao Império que os havia, até então, mantido marginalizados.

¹ Tradução livre da autora de: “*straddles or blurs boundaries in order to find a space from which to speak*”, in: Daniels, 2001, p. 4.

A conexão entre os escritores se faz pelo uso da língua do colonizador, por se tratar de uma língua compartilhada pela maioria num espaço maior que o país de origem. É pela língua e sua carga histórico-cultural que se torna possível a invenção de um espaço cultural para si a partir de onde falar. No cerne desse espaço, esses autores encontram a voz com a qual eles criticam uma cultura de opressão e buscam novas formas de comunicação.

Yeats, Joyce e Conrad, ao se posicionarem nesse novo espaço, foram logo deglutidos pela cultura hegemônica. Ora, há talvez alguns fatores que podem explicar essa absorção ao cânone ocidental, para além da qualidade literária: eles são autores brancos e talvez por isso, não sejam por nenhum momento encarados como autores pós-coloniais, no sentido daquele que escreve contra uma dominação colonial. A grandeza de seus trabalhos os levaram ao “panteão do cânone inglês”. Mas não nos esqueçamos de Chinua Achebe ou Wole Soyinka nigerianos que, quando encontram suas vozes, não são igualmente devorados pelo cânone inglês – apesar do segundo ter obtido um prêmio Nobel. Não se pode negar que seus nomes figuram entre os maiores autores anglófonos, mas não da literatura inglesa, como os outros. Esse fato instaura uma série de questões problemáticas em relação à valorização dos autores e suas obras.

Esse aparente paradoxo pode-se explicar, segundo Daniels, no movimento do *pós*. Sabendo que o pós-estruturalismo nasce para criar uma ideologia que combate o cânone literário branco e masculino do *New Criticism*, é sob essa égide que encontraremos a seguir outras ideologias como a do pós-colonialismo e do pós-modernismo. Assim pode-se constatar que os autores pós-coloniais inseridos no cânone inglês operam a passagem do modernismo ao pós-modernismo (DANIELS, 2001, p. 6). Yeats retoma as lendas e os mitos de seu povo para criar a imagem de um povo unido e capaz de combater um opressor, porque seus membros compartilham uma história e cultura comuns. Se Yeats pode ser considerado moderno, nesse

sentido Joyce seria um hipermoderno, porque ele rejeita o tradicional e parte em busca de novas formas de expressão. Seu objetivo é de mostrar a paralisia da psique, da sociedade e da política na Irlanda. Conrad seria um grande-moderno: ele antecipa Yeats na sua nova escrita profética e denuncia as atrocidades perpetradas pelos europeus no continente africano. Achebe seria pós-moderno: ele ataca Conrad e reescreve sua história. Ele imita o gesto de Yeats e reescreve a história de seu povo para os olhos e ouvidos do mundo.

O trabalho dos escritores anglófonos que precedem a eclosão da escrita no continente africano seria, segundo Declan Kiberd (1996), uma expressão de resistência pela literatura e pela palavra, e deixaria um modelo para que os escritores do “terceiro mundo” descolonizem suas culturas. Diferentemente de Patsy Daniels (2001, p. 78), que discutiu o lugar dos escritores pós-coloniais em relação ao cânone inglês e considera positiva essa inserção, Lilyan Kesteloot (2004, p. 7) acredita que “integrar pura e simplesmente os escritores negros na literatura francesa seria ignorar que eles são representantes de um renascimento cultural que não é nem francês nem ocidental”².

Talvez seja essa a razão pela qual Daniels não encontra qual é o lugar de Achebe no cânone inglês, talvez esse fato permita explicar porque um prêmio Nobel como J.M. Coetzee ou Nadine Gordimer sejam considerados “globais” e não estritamente africanos no senso comum, diferentemente de Wole Soyinka.

Essas indagações exógenas nos parecem convenientes para preparar o terreno para a discussão do cânone literário lusófono. A teoria pós-colonial e todas as suas variantes de “fonias” deve nutrir-se dos debates

² Tradução livre da autora de: “*intégrer purement et simplement les écrivains noirs dans la littérature française aurait été méconnaître qu’ils sont des représentants d’une renaissance culturelle qui n’est pas française ni même occidentale*”.

que estão ocorrendo em seu entorno. Julgamos então que o caso anglófono seja um interessante exemplo para começar nossa discussão, assim como o francófono, que virá alimentar nossa análise pelo manifesto da literatura-mundo. O comparatismo na história literária é uma das chaves que podem enriquecer nossa discussão ao possibilitar abrir portas para entender o lugar da escrita nos países de língua portuguesa, por exemplo. Estamos nos movendo num mundo que é de mais a mais global, onde a literatura se quer global, mesmo se falando do local, e nesse desejo de globalidade ainda portas fechadas, para retomar a metáfora utilizada antes. Nesse estudo pretendemos entender como funciona a “bolha” da lusofonia e compará-la com os percursos literários de outras “fonias”.

2 Breviário da África lusófona

Os países africanos de língua portuguesa possuem uma peculiaridade se comparados aos de língua francesa e inglesa: Portugal conseguiu integrar colonos portugueses e seus filhos no grupo de escritores anticolonialistas. Esse fato é considerado por Russel Hamilton um benefício que permitiu a criação de uma *intelligentsia* multirracial a partir do ano 1940. Esse fato é evidente sobretudo em Moçambique e Angola e contribuiu à mobilização da população em atos anticoloniais. Os trinta anos que precedem o fim da colonização portuguesa nos países africanos viram a emergência de uma literatura de reivindicação cultural, de protesto social e de combatividade (HAMILTON, 1983, p. 16).

Durante o período que se segue às independências, a literatura celebra a queda do colonialismo e apela à uma reconstrução da identidade nacional, proclamando uma revolução social. A nascente literatura pós-colonial pós-independência está em estreita relação com a história colonial. Nas palavras de Hamilton (1983, p. 17) ela avança ao futuro sem tirar os olhos do passado,

apesar de ter sempre presente a ameaça de um neocolonialismo. Ao lado dessa literatura de exaltação nacionalista veremos o nascimento de uma literatura mais intimista, de criação e renovação. Os escritores anseiam reescrever a história de seus países. Nessa fase, a língua portuguesa não será combatida, mas será uma língua conquistada.

O estudo das literaturas africanas lusófonas é relativamente recente. No Brasil, o interesse por esses autores se dá sobretudo nos últimos vinte anos, se concentrando sobretudo em Angola e Moçambique, devido ao mercado editorial que faz com que alguns autores circulem com mais facilidade. Em Portugal, igualmente, o interesse é recente e interpela um dever de memória e de compreensão da história que resulta ainda difícil de estudar, por se tratarem de questões abertas e recentes.

Antes de discutirmos a posição dos países africanos lusófonos nos cânones global e linguístico, julgamos necessário analisar a relação que guarda a pós-colonialidade com a lusofonia para entender os mecanismos que envolveram a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

3 Pós-colonialidade e Lusofonia

A discussão da pós-colonialidade nos países lusófonos se inserem na intersecção de várias disciplinas dentro das humanidades. Miguel Vale de Almeida (2007), no seu artigo do livro *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*, propõe pensar o pós-colonial em português, quer dizer, discutir o conceito tendo em conta as especificidades do modo de colonização de Portugal, sem que para isso tenhamos que cair na armadilha do luso-tropicalismo, teoria de Gilberto Freyre utilizada de maneira enviesada durante a colonização africana.

Como sabemos, a teoria de Freyre foi utilizada para justificar de certa maneira os benefícios da mistura entre os colonizadores e as nações

colonizadas. A justificativa dessa "hibridação positiva" que ocorreu no Brasil serve como apoio para argumentar em favor da colonização africana. Ora, no Brasil essa política teve como objetivo o clareamento da população e não o que pregava Antônio de Oliveira Salazar, ditador de Portugal durante o período do Estado Novo (1933-1974):

No meio das convulsões presentes, nós apresentamo-nos como uma comunidade de povos, cimentada por séculos de vida pacífica e compreensão cristã, irmandade de povos que, sejam quais forem as suas diferenciações, se auxiliam, se cultivam e se elevam, orgulhosos do mesmo nome e qualidade de portugueses (apud LANÇA, 2010).

O discurso de Salazar se insere no contexto de uma leitura guiada do luso-tropicalismo e, também, a nosso ver, com a recente ideia de criação de um espaço da lusofonia.

O termo "lusofonia" foi utilizado sobretudo no início dos anos 1990, quando da criação da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa³. Os perigos mais notórios dessa comunidade residem no fato de induzir a crer que há um "mundo português" que compartilharia de maneira quase homogênea as características ligadas ao uso da língua e da hibridação de culturas. Convenhamos que isso ocorre sobretudo no plano imaginário, como já alertava Omar Ribeiro Thomaz (2000). Essa mitologia portuguesa é igualmente criticada por Marta Lança:

A lusofonia, apesar de actualizar o passado colonial e protelar o imaginário imperial, não é incomodativa porque se revestiu de um discurso arejado (...) a retórica da interculturalidade (...) dá-nos a sensação de estarmos num espaço que se pretende politicamente correcto e preocupado com as questões fundamentais aliás de como viver com o Outro. Porém, tal discurso contém os seus perigos quando "manifesta um desejo utópico

³ A comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) conta com 223 milhões de locutores espalhados em 8 países: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné Bissau.

de retratar a história e as relações entre diferentes comunidades ao nível global, como sendo uma relação sem poder, sem conflito” (VALE DE ALMEIDA, 1998, p. 237). Ou seja, tende a elidir o processo marcado pelo conflito e pelas relações de poder, retrabalha o passado de forma celebratória e não problematizante (LANÇA, 2010).

Se a ideia de lusofonia pode nos levar a pensar que se trata, de certa maneira, de uma leitura positiva do colonialismo, nós podemos igualmente discutir a decisão tomada pela CPLP em 2010: a assinatura de um acordo para regularizar e uniformizar a língua. Compartilhar uma língua é também ampliar uma zona de influência cultural. A língua não é somente um instrumento de comunicação, mas também de tomada de poder. É interessante notar que várias modificações foram feitas de acordo com as alterações que a língua sofreu em situação colonial, sobretudo no Brasil, onde há uma comunidade linguística mais expressiva. Esse fato por si mostra o peso que um país colonizado pode exercer sobre a antiga metrópole.

Cabe nesse sentido assinalar a ameaça e o conteúdo político que apresenta um tal acordo ortográfico para os Portugueses. No livro *Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade* (2012, p. 6) há uma nota: "Porque a adoção do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é um posicionamento político, os autores que escreveram em português tiveram liberdade para usar o sistema que preferiram". Esse livro foi publicado no ano que entrava em vigor o tal acordo (2012), mas como posicionamento político os autores tinham a livre escolha de grafia. Até mesmo hoje, em 2018, em jornais de grande circulação, como *O Público*, os autores escolhem não aderir à reforma ortográfica como sinal de um posicionamento político.

Esse fato nos mostra como a CPLP instaurou uma política de imposição de uma língua maquiada, que cede ao lado mais forte, altera a relação de

forças do colonialismo e toma novos ares linguísticos e políticos. Essas questões são polêmicas e devem ser tratadas com cuidado, pois elas mais desagradam que agradam num contexto geral e não cabe nesse espaço tal discussão.

Entretanto, cabe recordar o encerramento de um ciclo de debates destinados à África Lusófona que ocorreu no museu Quai Branly⁴, em Paris. A questão repousava sobre a ideia do Império Português e a invenção da lusofonia. Os estudiosos Michel Cahen, Yves Léonard e Maria Benedita Basto reforçaram o ponto de vista segundo o qual há uma conexão íntima entre a Lusofonia e o Império Português. Para eles, a criação da CPLP seria uma espécie de prolongação do “mundo português” ainda vivo no imaginário de Portugal. Cahen ressaltou que a lusofonia é percebida de maneira diferente de acordo com os países. Em Portugal, ela seria a concretização de uma pátria comum, pois faz parte de uma mitologia portuguesa onde a questão identitária estaria no cerne das preocupações. Léonard explicou que Portugal nunca admitiu sua pequenez geográfica na Europa e sempre teve necessidade de se sentir em toda parte. Por sua vez, Cahen explicou que para o Brasil essa questão era uma arena para se discutir as questões Sul-Sul, onde o país se colocaria como líder. Para além, os brasileiros podem encontrar na CPLP um meio de afirmar a questão do negro, sobretudo dando-lhe visibilidade no campo acadêmico.

Já para Angola a CLPL seria uma maneira de se colocar como um interlocutor potente em África, servindo como instrumento de combate para ampliar seu espaço de influência, competindo com a África do Sul.

⁴ *D'un Empire Colonial à une lusophonie pos-coloniale?* Evento ocorrido dia 10 de abril de 2014 com a participação de Michel Cahen, Yves Léonard e Maria Benedita Basto. <<http://www.quaibrany.fr/fr/expositions-evenements/au-musee/rendez-vous-du-salon-de-lecture-jacques-kerchache/details-de-levenement/e/dun-empire-colonial-35343/>>.

Nós podemos entender a lusofonia como uma metáfora de integração, qual o caso da francofonia. Essa lusofonia, ilustrada pelos propósitos da CPLP, encontra um espaço restrito na PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Essa língua não é e nunca foi falada por todos os habitantes do espaço da PALOP: trata-se de uma língua oficial e não de expressão. Após as independências, a língua portuguesa servirá como um gesto de afirmação do nacionalismo: não será a língua nacional, mas a língua de união nacional. É por isso que nesses países, sobretudo no meio urbano, pode-se encontrar mais falantes de português do que nas periferias e no campo.

A literatura feita nesses países ilustra a progressão do uso e da apropriação do português, mas como nos lembra Alfredo Margarido em *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses* (2000), a relação entre Portugal e os jovens países africanos de língua portuguesa é ainda frágil.

“A língua é um espelho ou um reflexo do que somos coletivamente⁵”, afirma Onésimo Teotónio Almeida (2003, p. 143), ao explicar que o nacionalismo linguístico é vão e que uma lusofonia uniforme seria uma utopia e uma perda para a comunidade que compartilha as riquezas da língua portuguesa.

Diferentemente do que ocorre no caso anglófono, onde os habitantes dos países em geral sabem fazer parte de uma *Commonwealth*, na lusofonia o sentido e o valor da palavra praticamente esgota-se na metrópole. A questão do acordo ortográfico ou da CPLP é apenas um ponto sobre o desenvolvimento de influências ou afirmação de poder locais. Pouco discute-se questões como a relação da língua portuguesa e suas literaturas fora do ambiente acadêmico.

⁵ Tradução livre de “*La langue est un miroir ou un reflet de ce que nous sommes collectivement*”.

4 Os problemas de uma lusofonia literária

A crítica italiana Livia Apa observa que a invenção de um espaço lusófono foi quase um erro na medida em que se cria “uma bolha onde tudo é possível e tudo se consome”:

Um mundo criado pelo ‘laço’ da língua portuguesa, dentro do qual os escritores transitam, se movem, trocam visitas, falam, escrevem, são lidos, mas fora do qual eles próprios não conseguem encontrar o seu lugar, como se fossem até incapazes de ter acesso ao que acontece fora da lusofonia (APA apud LANÇA, 2010).

A prova é que os autores lusófonos leem-se muito pouco entre si. Por essa razão Apa fala de uma bolha, porque a lusofonia criou um espaço de circulação confortável onde os escritores se encontram protegidos num circuito fechado.

A produção literária dos autores necessita passar por grandes centros, sobretudo Portugal ou Brasil, para serem legitimadas. Os autores africanos são pouco lidos nos seus países de origem e é na Europa que encontram um público mais vasto que, como observa Inocência Mata, gera “uma reedição da política do assimilacionismo cultural e de continuidade do império na cultura” (MATA, 2007, p. 288). Se José Eduardo Agualusa compara a lusofonia a um grande salão onde todos podem conversar na mesma língua, Mia Couto⁶ pondera ao dizer que nem todos são convidados a entrar nesse salão. E isso é revelador de políticas editoriais e circulação dentro de uma esfera de poder que entravam a entrada do que pode ser percebido como “extremamente diferente”. Poderíamos, nesse sentido, considerar os dois autores como inseridos no cânone português, enquanto a produção de

⁶ Troca de cartas entre Mia Couto e José Eduardo Agualusa na revista *Granta Portugal*, n. 4, out. 2014.

outros africanos é vista como obra de lusofonias, como ocorre com Achebe ou Soyinka, mencionados anteriormente.

Gisèle Sapiro (2011, p. 23) analisa como essa relação centro-periferia se instaurou no mercado de circulação dos livros e discute as barreiras políticas e econômicas do mercado editorial. Trata-se de uma oposição entre um polo de produção restrito, cuja seleção obedece à critérios intelectuais, e um polo de grande produção, que privilegia critérios de rentabilidade. Essa inquietude é partilhada pelo escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho:

(...) da condição de quem se dedica à escrita literária em língua portuguesa num espaço africano periférico: o facto da divulgação dos livros ser mais forte em locais outros que aqueles onde são escritos. (...) é inegável que o tom da crítica canónica se estabelece em espaços exteriores aos nossos países, nomeadamente no eixo Portugal-Brasil (os dois centros gravitacionais da língua portuguesa), o que quer dizer que a escrita e a crítica ocupam *loci* não coincidentes (COELHO, 2012, p. 193 e 201).

Pierre Halen percebe o mesmo problema no tocante à francofonia:

D'une zone "périphérique" à l'autre, les textes et les écrivains circulent peu, n'interfèrent guère l'un avec l'autre et, jusqu'à présent, ne se renvoient que rarement la balle. En somme, on est très loin, non seulement d'un champ au sens strict, mais tout autant de la multilatéralité équitable qui sert d'horizon à beaucoup de déclarations officielles; la question de l'existence même de cet ensemble "francophone" dont on ne voit pas immédiatement ce qui pourrait faire l'unité (HALEN, 2001).

Paris é ainda a “república mundial das letras”⁷ para a francofonia. Assim como Portugal e Brasil para a lusofonia. Esses são os locais de publicação, crítica e por vezes até de produção dessa literatura. Pouco circulam textos

⁷ Retomando o título da célebre obra de Pascale Casanova: *La république Mondiale des lettres*, Paris, Éd. du Seuil, 2008.

ou autores que não estão nos roteiros de feiras literárias e lançamentos de livro. Os nomes repetem-se irremediavelmente, fazendo-se um circuito que esgota-se em si mesmo, com pouca ou nenhuma renovação, a não ser que sejam indicados por nomes que ali já estão – legitimados por um discurso crítico acadêmico ou mediático.

Uma explicação para uma tal homogeneização dos gostos – e em relação com o que ocorre no contexto francófono e lusófono – nos é dada por Dominique Ranaivoson. A estudiosa nos convida a pensar a produção literária africana em relação ao gosto literário do Ocidente:

O escritor pensa-se, vive e se define de maneira totalmente autônoma em relação a valores como a classe social (mesmo às castas), a etnia, a nação, o pertencimento religioso, a idade, valores que estruturam a sociedade e que inflectem a identidade em África ao ponto de determinar as escolhas literárias. Porque se doravante o Ocidente recusa a literatura “de mensagem” em nome de um relativismo generalizado, ele sobrevaloriza o trabalho formal, fazendo do escritor, antes de mais nada, um artesão do material plástico das palavras. As instâncias legitimadoras, que são a edição, a crítica e as instituições universitárias seguem e recompensam esse trabalho na medida em que ele apresenta rupturas e favorece a irrupção do que nomeia-se ‘modernidade’⁸ (RANAIVOSON, 2014, p. 193).

Os processos de transformação próprios à colonização, que operam tanto no país colonizador como no colonizado, são tecidos simbolicamente nos textos de escritores contemporâneos. Por exemplo, Lobo Antunes no seu romance *As Naus* propõe a releitura das glórias marítimas de Portugal e

⁸ Tradução livre da autora: “L'écrivain se pense, se vit et se définit de manière totalement autonome par rapport à des valeurs comme la classe sociale (voire la caste), l'ethnie, la nation, l'appartenance religieuse, l'âge, valeurs qui structurent la société et infléchissent l'identité en Afrique au point de fonder bien des choix littéraires. Car si l'Occident refuse désormais la littérature « à message » au nom d'un relativisme généralisé, il survalorise le travail formel, faisant de l'écrivain avant toute chose un artisan du matériau plastique des mots. Les instances légitimantes que sont les éditions, la critique et les institutions universitaires poursuivent et récompensent ce travail dans la mesure où il présente des ruptures et favorise l'irruption de ce qui est nommé « modernité »”.

agrega a África nas novas relações transnacionais que se abrem à integração e à reparação das consequências do colonialismo. Obras como essa, ou a dos *retornados*, em Portugal, abrem espaço para que se pense a pertença histórica que entrelaça vários países. Essa é uma virtude da literatura: conseguir expressar o que a história ainda não conseguiu processar.

Abrir o campo de produção e publicar os relatos e ficcionalizações sobre o período colonial e de descolonização é uma maneira de entender o legado da lusofonia sob outras perspectivas. Assim, discursos de ex-colonos e ex-colonizados podem dividir um mesmo espaço que se transformará em conhecimento, quase que abraçando um ideal utópico de convivência evocado mais acima, mas sem o teor do nacionalismo.

Apesar dos problemas que podemos notar na criação da lusofonia literária, tais como o neocolonialismo de pensamento (derivadas talvez das escolhas editoriais restritivas), podemos celebrar a migração em várias direções entre África, Europa e Brasil e a consoante circulação de ideias e de autores. Sinal de mudanças são constatados por exemplo na emergência da criação de estudos afro-brasileiros, assim como nos coletivos de escritoras negras, ou até mesmo a criação de editoras independentes que publicam obras fora do *mainstream*. O fato de a FLIP (Festival Literário de Paraty) de 2017 ter dado mais espaço a mulheres, e ter negras entre elas, além de homenagear autores negros demonstra um processo de valorização da cultura do oprimido.

Dessa maneira, gostaríamos de pensar a literatura lusófona em relação ao cânone e indagar seu pertencimento ao que chamam de literatura global.

5 A África lusófona no cânone global

A questão da literatura global, ligada à ideia da produção literária francófona, ganhou as páginas do jornal francês *Le Monde* em março de 2007.

Jean Le Bris e Jean Rouaud escreveram um manifesto, “Por uma literatura global”, assinado por vários autores francófonos. As preocupações literárias contemporâneas enunciadas são caras a vários autores. Eles questionavam o velho paradigma do pacto entre literatura e nação, e evocavam a questão da representação e o retorno ao referente, para dar cabo de uma época que julgavam ser muito formalista. Nesse sentido, a preocupação desses autores é reveladora de um impasse: o que é ser escritor francófono? Deve-se representar um país ou um espaço linguístico? Se a língua é fator de união, como pode haver uma literatura francesa dissociada da francófona?

Dez anos após esse manifesto, verificou-se uma verdadeira proliferação da literatura-mundo em francês: os laureados nos concursos literários já não saem mais apenas do hexágono, mas dos quatro cantos do planeta. As etiquetas “exóticas” – e por que não, restritivas como literatura caribenha, reuionesa, viatinamita – que não permitiam a essa literatura de florescer foram abolidas. A eleição à Academia Francesa de Letras de Danny Laferrière, que assinou o manifesto, é mais um motivo para celebrar o sucesso das demandas dos autores pela literatura mundo em francês.

Como atenta o co-redator do manifesto, Jean Rouaud, a literatura francófona já não mais é lida por razões folclóricas ou antropológicas, mas pelo interesse que elas despertam, pois trazem um imaginário sem fronteiras de onde se fala francês⁹.

E como se verifica essa questão no espaço lusófono? Podemos retomar a abertura do quarto volume da revista *Granta Portugal* de outubro de 2014, onde Mia Couto e Agualusa discutem sobre o futuro da literatura em seus países. Começam por avaliar os novos nomes da literatura anglófona e, a certa altura, Agualusa diz a Mia Couto:

⁹ Uma matéria avaliando o resultado de dez anos desse manifesto pode ser lida online em: <<https://www.la-croix.com/Culture/Livres-et-idees/Le-Manifeste-litterature-monde-dix-ans-apres-2017-06-08-1200853337>>. Consultado em: 29 jan. 2018.

Creio que tanto em Angola quanto em Moçambique temos muito a aprender com estes exemplos. A letargia em que caiu a literatura angolana tem a ver com uma série de motivos, entre os quais o escasso investimento na cultura e na educação. Acredito, contudo, que passa também por um fechamento ao mundo – a prevalência de um nacionalismo estreito, de que estes jovens escritores já se libertaram. Admito que possa haver boas surpresas na literatura angolana nos próximos anos, mas presumo que os seus protagonistas serão (como está a acontecer na Nigéria) jovens nascidos no estrangeiro, ou com uma larga vivência no exterior, com acesso à grande literatura universal e a todas as expressões de modernidade (AGUALUSA, 2014).

A resposta de Mia Couto evidencia essa tendência diaspórica: “Uma vez participei numa conferência internacional de literatura africana. Era uma mesa redonda de uns dez escritores e eu era o único que vivia em África” (COUTO, 2014).

Dessa maneira, podemos inferir que os centros de produção se deslocaram. Já não há mais necessidade de se estar em África para dizer o continente. O espaço da lusofonia vem albergando escritores móveis, que transitam facilmente entre vários países, como o angolano Ondjaki que elegeu primeiro Portugal e em seguida o Brasil como residência. Djamilia Pereira de Almeida também sai de Angola para viver em Portugal. Esses são alguns dos muitos exemplos que mostram que o cânone lusófono começa a se embarçar. Já não importará o local de enunciação? Estaremos a caminho de uma literatura-mundo em português?

Mia Couto é, por exemplo, um escritor chave para os estudos comparatistas dentro e fora da lusofonia. Ele auxilia a inserir a literatura escrita em língua portuguesa em vários sistemas globais de literatura. Agualusa também é traduzido em diversas línguas e se torna matéria de estudos comparados. A literatura periférica brasileira vem ganhando espaços no exterior, como em França, onde as edições Anacaona se dedicam exclusivamente à escrita marginal e periférica brasileira. Teses sobre a

literatura marginal proliferam dentro e fora do país, articulando questões caras aos povos que foram colonizados e marginalizados. Nos estudos afro-americanos, a questão da produção cultural dos negros periféricos no Brasil começa a ser evidenciada.

É importante notar que os estudos sobre a literatura lusófona não se concentram em seus países de origem e que na maioria das vezes, principiam em um território estrangeiro. Vários são os centros de estudos na Europa que se interessam pelo estudo da literatura lusófona de maneira comparada. Essa abertura para o global, através da validação da crítica acadêmica, permite que possamos discutir mais amplamente a produção lusófona e tirá-la de sua bolha.

6 Conclusão

A emergência do campo romanesco africano permitiu reler “à contra corrente” o que o filósofo congolês Yves Mudimbé chama de “Arquivo colonial”. Para combater o conjunto de textos que “inventaram” a África, o escritor pós-colonial africano faz emergir um continente da ficção, habitado e habitável por personagens que encarnam o verbo: sob a árvore das palavras, a África deve se pensar pela literatura.

As fricções transnacionais, sempre à flor da pele no contexto das relações pós-coloniais, são repensadas, por exemplo, no momento de premiações literárias, como podemos observar com a emergência de autores oriundos do PALOP vencedores do Prêmio Camões, o mais prestigiado em língua portuguesa.

Prêmios literários, estudos críticos e comparados de obras, publicações de autores de língua portuguesa nos espaços lusófonos e em tradução são sinais que essa literatura ganha espaço e se afirma cada vez mais no panorama mundial das letras. Ainda se tratam de lugares de enunciação

periféricos, mas tudo indica que através dos grandes nomes de autores, associados à expansão dos estudos acadêmicos e a exposição mediática, a possibilidade de ampliar a visibilidade dessas literaturas será cada vez maior.

Poderemos talvez ler em breve um manifesto da literatura mundo em português, dissociado da ideia e dos usos políticos da lusofonia, onde os autores encontrem um espaço para definir os parâmetros de como querem ser vistos e percebidos, retirando de si a carga de exotismo e colocando em evidência sua criação literária.

Referências

ALMEIDA, Onésimo Teotônio; BETHENCOURT, F. Lusophonie et multiculturalisme. In: *Arquivos do Centro cultural português*. ISSN 0590-966X. Lisboa, Portugal: [s.n.], 2003.

BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; BIANCO, Bela Feldman. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas, Brasil: Editora UNICAMP, 2007.

BRUGIONI, Helena (Org.). *Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade*. Vila Nova Famalicão, Portugal: Húmus, 2012.

COELHO, João Paulo. Lugares da escrita, lugares da crítica. In: BRUGIONI, Helena (Org.). *Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade*. Vila Nova Famalicão, Portugal: Húmus, 2012.

CORPET, Doris. P.; GAUVIN, Lisa. *La nation nommée roman: face aux histoires nationales*. Paris, France: Classiques Garnier, 2011.

DANIELS, Patsy. *The voice of the oppressed in the language of the oppressor: a discussion of selected postcolonial literature from Ireland, Africa, and America*. New York: Routledge, 2001.

HAMILTON, Roussel. *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Portugal: Ed. 70, 1983.

HALEN, Pierre. Notes pour une topologie. In: FENDLER, U.; VATTER, C. *Littératures et sociétés africaines: regards comparatistes et perspectives interculturelles*. Tübingen, Allemagne: G. Narr, 2001.

KESTELOOT, Lilian. *Histoire de la littérature négro-africaine*. Paris, France: Karthala: AUF, 2004.

KIBERD, Dick. *Inventing Ireland: the literature of the modern nation*. London: Vintage, 1996.

LANÇA, Marta. A lusofonia é uma bolha. *BUALA*. Publicado em julho 2010. Disponível em: <[file://localhost/http://www.buala.org:pt:jogos-sem-fronteiras:a-lusofonia-e-uma-bolha](http://localhost/http://www.buala.org:pt:jogos-sem-fronteiras:a-lusofonia-e-uma-bolha)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MARGARIDO, Alfonso. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa, Portugal: Edições universitárias lusófonas, 2000.

MATA, Inocencia; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri, 2007.

RANAIVOSON, Dominique. Les littératures africaines francophones dans le champ littéraire occidental: Changement de destinataires ou accession à un double lectorat? *HeLix – Dossiers zur romanischen Literaturwissenschaft*, v. 6, p. 93-125, 14 fev. 2014.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Entrevista com Omar Ribeiro Thomaz. *ComCiência*, 2000. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=34&tipo=entrevista>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

Recebido em: 06/09/2017.

Aceito em: 28/12/2017.